



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### **SENTENÇA**

Processo nº: **0003166-11.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Energia Elétrica**  
 Requerente: **Sorvetes Vallilo Siqueira Ltda Me**  
 Requerido: **Cpfl Companhia Paulista de Força e Luz**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### **CONCLUSÃO**

Em 08/outubro/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos.

Nº de Ordem: 364/2011

### **VISTOS**

**SORVETES VALLILO SIQUEIRA LTDA ME** ajuizou  
 Ação **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. NULIDADE DE COBRANÇA, INDENIZAÇÃO e PERÍCIA TÉCNICA com pedido LIMINAR** em face de **CPFL COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que recebeu uma missiva da requerida em seu imóvel, alegando existir uma suposta irregularidade na medição de seu consumo e que o relógio medidor deveria ser substituído, o que aconteceu. Afirma que não obteve a troca, porém, jamais concordou com o TOI - Termo de Ocorrência de Irregularidade, lavrado de forma unilateral pela requerida, o qual atribuiu à unidade um consumo totalizando R\$9.243,66. Alega que sequer encontrava-se no imóvel quando do período da base de cálculo da cobrança, e que se há alguma falha no equipamento, em nada deve se responsabilizar. Pediu, liminarmente, que a requerida seja impedida de proceder a suspensão do fornecimento de energia elétrica em seu imóvel. No mais, requer a procedência da ação para que se declare inexistente a dívida cobrada pela requerida e a mesma condenada ao pagamento do valor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

pretendido de forma irregular.

A inicial veio instruída com documentos às fls. 15/23.

Pelo despacho de fls. 24/25 foi deferida a liminar pleiteada.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando, em síntese, que: 1) sempre agiu dentro dos limites da legalidade, seguindo as normas da Resolução 414/2010 da ANEEL; 2) no procedimento fiscalizatório, colheu todos os elementos e provas possíveis para que na posse de dados concretos pudesse realizar a cobrança; 3) não viola os princípios do contraditório e ampla defesa, visto que é facultado ao consumidor interpor recurso contra a elaboração do TOI - Termo de Ocorrência de Irregularidade; 4) o histórico de consumo e o TOI constatarem uma variação e queda injustificada do consumo durante o período referido, e ainda que “o medidor estava com lacres de não uso da CPFL e com manipulação na leitura do registrador,...”; 5) está evidente que a adulteração é resultado de ato humano; 6) a queda do consumo é significativa, pois durante 4 anos o consumo da sorveteria girou em torno de 3.000 kwh/mês, e de repente, passou a consumir, em média, 530 kwh/mês; 7) a cobrança não se refere às contas mensais, mas tão somente a uma complementação de valores, dada a irregularidade do relógio medidor. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 67/70.

Instados a produzir provas (fls.71), a requerida (fls. 72) solicitou prova oral e documental e informou que o relógio medidor havia sido encaminhado para perícia técnica. A requerente (fls. 76) requereu prova testemunhal e que a requerida junte aos autos o relatório interno de seu consumo.

Em cumprimento ao despacho de fls. 77 e fls. 84, a requerida manifestou-se às fls. 78/80, e fls. 85/88, carreando aos autos o histórico de consumo do requerente. Houve manifestação da requerente às fls. 82/83.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A requerida carregou aos autos, ainda, o laudo técnico (fls. 90/95), sobre o qual se manifestou a requerente às fls. 97/99.

Declarada encerrada a instrução (fls. 116), a requerida apresentou memoriais às fls. 117/127 e a requerente permaneceu inerte.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

**DECIDO.**

Inicialmente cabe ressaltar que a autora é depositária de toda a aparelhagem (medidores de energia e outros correlatos), instalados no local e como tal, **está obrigada a por eles zelar**.

Nesse sentido o art. 3º da Portaria DNAEE nº 222, de 1987, que dispõe sobre a custódia de tais equipamentos.

Também se aplica à hipótese dos autos, o disposto no artigo 630 do Código Civil, segundo o qual, “se o depósito se entregou fechado, colado, selado, ou lacrado, nesse mesmo estado se manterá”.

No caso específico dos conhecidos “medidores”/relógios de energia elétrica há o recebimento pelo destinatário em depósito ainda que inexistia ato formal a respeito.

Nessa linha de raciocínio, recebendo o depósito fechado, o depositário deve não ter tão só a delicadeza moral, como a obrigação jurídica de conservá-lo nesse estado; não pode abri-lo, a menos que obtenha expresso consentimento do depositante. Ainda nessa hipótese, não está o primeiro autorizado a revelar-lhe o segredo, salvo se tratar de ato ilícito. Violado o depósito, o depositário sujeitar-se-á as perdas e danos; o depositante só tem de provar o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

prejuízo experimentado e o depositário, para não pagá-lo, terá de destruir a presunção de culpa que a lei lhe atribui (“Curso de Direito Civil – Direito das Obrigações”, 2ª parte, 6ª ed., Saraiva, 1969, pág. 244, Washington de Barros Monteiro).

Dessa maneira, a autora tinha (e ainda tem), obrigação de zelar para que as instalações continuassem incólumes, verificando, periodicamente, o aspecto externo e **comunicando à concessionária qualquer alteração**, especialmente quanto ao lacre ou mesmo derivação de energia das fases.

Foi configurado em laudo elaborado por órgão contratado pela concessionária (mais especificamente a METROWATT, empresa idônea), que o medidor cuja guarda havia sido deferida à autora apresentava as irregularidades descritas a fls. 95; tais irregularidades prejudicaram a integridade do registro da energia consumida e indicavam **manipulação no lacre, danos na bobina de potencial e riscos nas superfícies superior e inferior do disco**.

Referido aparelho foi acondicionado em invólucro lacrado logo após a investida dos prepostos da ré e exatamente assim chegou à já referida empresa.

Essa irregular conduta, além de causar evidente prejuízo econômico a postulada, gera risco de acidentes e até incêndios em vista da precariedade com que se reveste.

Assim, não há como acoimar de ilegítima a atuação da ré.

Aliás, peticionando a fls. 110/111 a autora acabou confessando que o consumo entre junho e dezembro de 2010 (claramente inferior aos outros meses) “realmente foi aquele apontado no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
1ª VARA CÍVEL  
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

relatório de fls. 20" (textual).

A medida colocada em prática tem ainda evidente intuito educativo e conforme acima visto, representa regular exercício de direito (contratual).

\* \* \*

O mesmo não se pode dizer do valor almejado pela ré.

Aceitável a cobrança de energia consumida e não registrada, desde que apurada em procedimento regular, com as necessárias informações ao consumidor acerca dos critérios para o cálculo, com possibilidade de impugnação e exercício de defesa. Só assim o novo faturamento e mesmo o corte de fornecimento, pela falta de pagamento, seriam justificados.

Entretanto, a requerida procedeu de modo unilateral, abrupto, sem participação do consumidor, e adotando o critério que lhe pareceu mais fácil, sem demonstração de inviabilidade de outros também previstos sucessivamente.

Sequer trilhou o caminho estabelecido pela mencionada resolução, no artigo 72, inciso IV, letras "a" a "c", com a redação dada pela Resolução 90/2001, ao prever, no art. 75, a realização de perícia até para determinação do período de duração, optando sempre pelo procedimento mais fácil e claramente prejudicial ao consumidor.

O resultado foi assim obtido por critério unilateral, furtando-se a postulada ao ônus da prova de demonstração da metodologia



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

empregada para o cálculo do débito.

Se inadmissível a “subtração de energia”, na mesma intensidade é repudiada a cobrança indevida, mormente por concessionária de serviço público, submetida às regras do Direito Administrativo e princípios previstos no art. 37 da Constituição da República, com destaque para os da legalidade e moralidade.

Maior lisura no procedimento verificaríamos se a ré, por iniciativa própria, tivesse determinado a realização de perícia, para verificação do consumo não registrado, e não aguardar os simplórios consumidores requererem a realização de tal prova técnica, como se, na realidade, fosse mesmo inescusável o conhecimento da lei, afirmação essa produto de ficção em Estado como o nosso, de desenfreada produção legislativa, o que é notório. Deve, ainda, ser considerada a vasta extensão territorial e o baixo nível cultural das camadas mais simples da população (e esta é a realidade da autora).

Reprovável ainda a conduta da ré ao impor ao consumidor o pagamento de R\$ 1.824,99 (um mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) – fls. 19 - a título de custo administrativo, sem indicar os motivos do valor maior (percentual de 30%).

Como se não bastasse ter adotado o critério mais fácil de cálculo do valor de consumo não registrado, ainda pretende cobrar o que parece ser o máximo do custo administrativo. Mais uma vez viola os princípios da legalidade e moralidade.

A postulada podia também ter se socorrido do judiciário na data da investida de seus fiscais ajuizando hábil vistoria “*ad perpetuam*” para preservação do estado de fato das coisas...



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Deve agora assumir as consequências de tal opção.

Em suma: o agir da postulada não pode ser considerado ilegítimo, já que a irregularidade do medidor realmente existiu; todavia, o valor da energia consumida até a data da retirada não pode ser representada pelo valor especificado.

O consumo “ex nunc” será medido pelos critérios usuais. **Já o consumo pretérito, de junho a dezembro de 2010, deve ser apurado nos moldes em que foi consignado nesta sentença, ficando reconhecida a inexigibilidade da cobrança descrita a fls. 25.**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\* \* \*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos conta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL** para:

a) **TORNAR DEFINITIVA** a tutela antecipada determinando que a energia no imóvel da autora permaneça sendo fornecida, inviável qualquer “corte” por conta de atrasos no pagamento do consumo registrado antes de 18/01/2011 (fls. 65), data da fiscalização;

b) **DECLARAR INEXIGÍVEL** o montante de R\$ 25.496,35 cobrado pela ré.

Outrossim, **ACOLHO EM PARTE O PLEITO FORMULADO PELA RÉ**, condenando a autora a pagar a ela, pelo período pretérito a 18/01/2011, data da fiscalização, o que vier a ser apurado por



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

arbitramento “oportuno tempore”.

Ante a sucumbência recíproca cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos e as custas serão rateadas na proporção de 50% (cinquenta por cento).

**P. R. I.**

São Carlos, 22 de outubro de 2013.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**